

## **Rio Grande Profundo: o estado da arte da questão quilombola**

Paulo Sérgio da Silva\*

A intenção do presente artigo é a apresentação do Estado da Arte sobre a produção teórica nos últimos anos relacionada com a temática quilombola no Estado do Rio Grande do Sul. A partir de um levantamento dos trabalhos de pesquisa realizados nos cursos de Pós Graduação no nível de Mestrado e de Doutorado sobre a temática dos quilombos no Rio Grande do Sul nosso objetivo é oferecer aos leitores uma relação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos. Também intenciona o artigo, informar sobre as formas de organização coletiva que vem sendo construídas nas comunidades remanescentes de quilombos através das associações comunitárias e refletir sobre a construção das peças científicas, reconhecidas como laudos, que tem a função de dar sustentação aos pleitos comunitários, além de listar as comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas no Rio Grande do Sul.

Convém ressaltar que no período anterior a 1999, ocorreram pesquisas significativas com relação ao tema, como o trabalho desenvolvido pelo Nuer-UFSC, no ano de 1991 que mapeou cerca de 40 comunidades passíveis de reconhecimento como remanescentes de quilombos<sup>1</sup> e a tese de doutorado defendida no ano de 1987

---

\* Doutorando em Educação PPGEDU/UFRGS. Integrante do Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACOREQ.

<sup>1</sup> No dia 25 de Fevereiro de 2008 a Prof<sup>a</sup>. Ilka Boaventura Leite (NUER/UFSC), através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – FAFICH /UFMG realizou no auditório Prof. Baesse a palestra “Comunidades Quilombolas: a experiência do NUER”. Ilka ponderou que sua atuação junto ao segmento Afrobrasileiro se deu em 1996, anteriormente a experiência da NUER era maior no setor indígena, sendo para estes dirigidos os olhares. A atuação com o seguimento quilombola associou-se a um Projeto Piloto que abordava a invisibilidade do negro pelo poder público. O levantamento inicial constatou que o sul do Brasil contava com 16 comunidades quilombolas, em pouco tempo o número estendeu-se para 36, sendo gradativamente elevado no decorrer da pesquisa. Um financiador do trabalho de pesquisa é

pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, sobre a comunidade negra do Limoeiro.<sup>2</sup> Estes dois movimentos acadêmicos de maneira precursora trouxeram para o debate a questão das comunidades negras rurais.

A opção por este lapso temporal, recortado por mais de uma década, deve-se ao fato de que foi a partir do ano de 1999, que se iniciou um significativo movimento de articulação entre as comunidades quilombolas, a Academia, os movimentos sociais e instituições públicas com vistas à questão das comunidades remanescentes de quilombos, que constituem conforme Carvalho, uma das “sagas fundantes da nossa sociedade e que recentemente começam a ser recuperadas a partir das disputas em torno das terras dos quilombos”.<sup>3</sup>

No ano de 1999 surge a primeira associação comunitária quilombola no Rio Grande do Sul e inicia um intenso processo de articulação social entre as comunidades remanescentes de quilombos. Dez anos depois as comunidades quilombolas somam um número de mais de 165 no Estado do Rio Grande do Sul. A constituição da Associação Comunitária Dona Quitéria, na Comunidade de Casca, situada no interior do município de Mostardas, é pioneira como espaço de articulação tendo como elemento fundante, a sua condição quilombola e instaura um processo denso de organização de um potente movimento social que emerge de um Rio Grande Profundo.

Logo, a proposta ao longo deste trabalho se divide em: historiar a constituição de diversas associações comunitárias quilombolas; refletir sobre o desenvolvimento de laudos sócio-histórico-antropológico, a produção científica existente a partir da produção intelectual e as possibilidades de pesquisas que possam contribuir nos processos de emancipação sócio político das comunidades remanescentes de quilombos e de suas representações associativas e organizacionais, dando ênfase para a questão da educação escolar. Desta forma, o artigo procura aliar a produção teórica às

---

a Fundação Ford. Com o apoio desta, foi publicado o livro “Os negros do Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade”. Fonte: CEDEFES, *Quilombolas: Invisibilidade e territorialidade*. 06 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/?p=antigas&Id=4570>>. Acesso em: 03 out. 2009. e Cf. LEITE, Ilka Boaventura; FERNANDES, Ricardo Cid; MOMBELLI, Raquel (Orgs.). *Boletim Informativo do NUER*. Quilombos no Sul do Brasil. Perícias Antropológicas. 3. ed. NUER-UFSC, v. 1000. 2006.

<sup>2</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais de limoeiro*. 1987. Tese (Doutorado em educação). PPGEDU/UFRGS. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Jorge de. QUILOMBOS: Símbolos da Luta pela Terra e Pela Liberdade. *Revista Cultura Vozes*, Brasília, Depto. de Antropologia da UnB. n. 5, ano 91, v. 91, p. 149-160, 1997.

práticas dos movimentos sociais e das organizações comunitárias quilombolas no sentido de conferir um amálgama entre esses importantes processos de movimento.

### **As Associações comunitárias quilombolas como espaços de articulação coletiva**

Tida como uma das etapas necessárias para o atendimento de suas reivindicações, especialmente no que diz respeito à discussão em torno das questões jurídicas e legais, a constituição das associações comunitárias nos territórios das comunidades remanescentes de quilombos se constitui como um importante elemento de agregação em torno da questão étnica e da defesa dos direitos coletivos. Como fruto de articulações políticas entre as comunidades, as organizações do movimento negro e organismos institucionais de Estado, as organizações comunitárias estão a consolidar um espaço de articulação política com vigoroso poder de mobilização comunitária. Sob o pretexto de articulação em torno das questões legais, as organizações comunitárias desempenham um importante papel de formação no interior das comunidades quilombolas no RS.

Desde o processo de convencimento coletivo sobre a importância da organização comunitária através da constituição de comissões internas, até o processo de eleições, administração e gestão de um patrimônio coletivo, a organização das associações constitui uma significativa experiência de gestão participativa, o que possibilita o fortalecimento da participação e do reconhecimento de atores sociais antes excluídos e relegados de processos mais amplos de decisão. O fato das comunidades constituírem este ente jurídico permite uma brecha para a luta empreendida pelas comunidades e torna visível a luta por justiça social e pela garantia de direitos referendados pela Constituição de 1998, através do Artigo 68.

Ao tomarem para si a organização de suas articulações, as comunidades apontam para a consolidação de seus papéis enquanto protagonistas de um momento histórico no qual a questão das relações étnicas deve ser vista como elemento preponderante na nova reordenação das relações sociais e raciais no Rio Grande do Sul.

As Associações quilombolas se constituem como novos atores sociais que reivindicam espaços para a implantação de políticas públicas que objetivem a emancipação social de grupos historicamente marginalizados no acesso à divisão de recursos públicos. Tal situação pode ser mensurada pela obtenção de investimentos em algumas comunidades. É óbvio que muito precisa ser feito e, talvez percebendo isso, os agentes sociais das comunidades remanescentes de quilombos, resolvam tomar o expediente para assumir posições e cobrar a fatura devida pelo Estado Brasileiro.

Inúmeras são as questões que se colocam para as organizações comunitárias quilombolas, dentre as quais se destacam políticas públicas de atendimento às

necessidades fundamentais como educação, saúde, saneamento e habitação. De outra sorte também é importante considerar que no bojo das reivindicações coletivas das comunidades estão outras questões de caráter cultural, na defesa de suas manifestações artísticas e religiosas. Tudo isso constitui um intenso mosaico que caracteriza de maneira peculiar as distintas formas de manutenção de um grupo social que o Estado escravocrata e a sociedade capitalista fizeram questão de esconder durante séculos. Especificamente, no caso da “educação quilombola” refletir a partir da noção de dívida educacional proposta por Ferraro:

Falar em dívida educacional pública significa duas coisas: primeiro, que a Educação se transformou num serviço público; segundo, que o Estado deixou de assegurar a determinadas pessoas ou grupos de pessoas o serviço público chamado educação. É a conjunção dessas duas condições – a Educação entendida como serviço público e a não universalização desse serviço – que coloca o Estado na condição de devedor e o cidadão na de credor de escolarização.<sup>4</sup>

É interessante perceber que o racismo foi um dos elementos fundantes do sistema capitalista e, tal como se consolidou no Brasil, o racismo sustentou o modelo de desenvolvimento sócio econômico brasileiro utilizando mão de obra escrava em larga escala. Sob a alegação da perspectiva etnocêntrica de desenvolvimento, o País construiu sua base de desenvolvimento econômico e mantém até os dias de hoje, milhões de descendentes de escravizados “acorrentados” a idéias e ideais racistas que consideram negros e indígenas como seres de segunda classe. Tal situação é facilmente demonstrada em indicadores sócio-econômicos e culturais que mensurem o distanciamento no acesso a bens de qualquer natureza. Em toda a análise que evidencie fundamentos macro de nossa sociedade poderemos perceber que as populações negras estão em situação diametralmente oposta aos cidadãos brancos, aos quais a atenção do Estado sempre esteve voltada.

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras

<sup>4</sup> FERRARO, Alceu Ravanello. Direito a Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 02, p. 273-289. maio-ago. 2008. p. 275

palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial.<sup>5</sup>

Diante disso é perfeitamente compreensível que as associações comunitárias quilombolas estejam procurando abrir a fôrceps os espaços que podem fazer ecoar suas negras vozes. O diferencial a ser considerado, no entanto, é que as formas de articulação e organização coletiva da defesa de direitos das comunidades negras rurais, assentados em características étnico raciais estejam se desenvolvendo com base na constituição de pessoas jurídicas que lutam pela garantia de direitos coletivos.

Abaixo listamos Associações comunitárias quilombolas constituídas no Rio Grande do Sul que possuem estatutos nos quais tentam garantir sua condição.

Nome da Associação	Comunidade e/ou município
Associação Comunitária Dona Quitéria	Casca (Mostardas)
Associação Comunitária Vovô Geraldo	São Miguel Martimianos (Restinga Seca)
Associação Quilombola Rosa Marques	Morro Alto (Maquiné)
Associação Comunitária Quilombo da Família Silva	(Porto Alegre)
Associação Quilombola do Areal da Baronesa	(Porto Alegre)
Associação Comunitária Quilombola do Limoeiro	(Palmares do Sul)
Associação Quilombola Manoel Barbosa	(Gravataí)
Associação Comunitária Quilombola de Cambará	(Cachoeira do Sul)
Associação Comunitária Quilombo dos Alpes	(Porto Alegre)
Associação Comunitária Vó Marinha	Olhos d'Água (Tavares)
Associação Comunitária Quilombola dos Teixeiras	(Mostardas)
Associação Comunitária Beco dos Coloidianos	(Mostardas)
Associação Comunitária Quilombos de Palmas	(Bagé)
Associação Remanescentes de Quilombo do Moçambique	(Canguçu)
Associação Quilombola do Algodão	(Pelotas)

### Os laudos como ferramentas de formação coletiva

Para comprovar aquilo que as comunidades repetem há séculos sobre a propriedade de suas áreas de terras, o Estado Brasileiro exige a realização de estudos com a intenção de demonstrar, através de evidências documentais, a consolidação destes espaços territoriais de propriedades dos remanescentes de quilombos. Quando

<sup>5</sup> QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, p. 227-278, 2005. p. 230.

da emissão do Decreto 4887/03, a necessidade dos estudos científicos havia sido suprimida, dando vez aos processos de auto-identificação. No entanto, esse procedimento não demonstrou a eficácia desejada pelos movimentos sociais. Pelo contrário, o critério da autodenominação, apresentou-se como um ferramenta jurídica frágil, passível de contestação por parte dos envolvidos nos processos de disputa e contrários aos interesses quilombolas.

Dessa maneira, profissionais de diversas áreas do conhecimento foram convocados a trabalhar na constituição de laudos com caráter científico. Estes estudos passaram a ser construídos com a intenção de legitimar o pleito das comunidades remanescentes de quilombos e subsidiar as organizações institucionais na confecção de peças argumentativas com as quais fosse possível dialogar no âmbito do judiciário e das próprias instituições públicas. Muito embora a posse das terras ocupadas por remanescentes de quilombos seja de conhecimento público, em muitas situações o abandono institucional<sup>6</sup> e a falta de documentação cartorial atualizada são responsáveis por significativas perdas de espaço territoriais por parte dos quilombolas. Buscar reconstruir esses processos de propriedade e mensurar a questão quilombola, não somente a partir da disputa fundiária, é o desafio que tem se colocado aos pesquisadores que resolvem enveredar por essa seara.

Compreender que a questão quilombola envolve um significativo componente sócio-cultural, de caráter diverso das normas estatutárias vigentes, permite invocar a complexidade dos processos de concepção destes estudos, que se viabilizam tecnicamente na medida em que a sua construção argumentativa seja realizada de forma interdisciplinar. No Rio Grande do Sul, diversas comunidades remanescentes de quilombos experimentaram essa modalidade de intervenção em suas áreas territoriais.

A construção dos laudos e os processos que contornam este evento são elementos que apresentam um caráter formativo de expressiva singularidade, pois, quando da realização desses estudos, a comunidade remexe nas suas raízes, significando ou ressignificando suas origens, afirmando seus processos de (re) construção identitária. Além disso, os estudos realizados que se compilam no laudo da comunidade podem vir a tornar-se uma potente ferramenta de sustentação política dos interesses coletivos comunitários. A Associação Brasileira de Antropologia indica sobre os laudos que “os mesmos não têm caráter de *atestado* e, em sendo elaborados,

---

<sup>6</sup> Não é raro encontrar situações nas quais partes de terra foram negociadas por dívidas em armazém, por caronas para transporte de pessoas enfermas ou em algumas situações pela grilagem nas terras de quilombos. Em outras situações, a pobreza, a falta de perspectiva e de apoio institucional necessário impeliram quilombolas a venderem suas terras por montantes irrisórios.

devem ser como diagnoses das situações sociais investigadas, que orientem e balizem as intervenções governamentais na aplicação dos direitos constitucionais”.<sup>7</sup>

No Rio Grande do Sul, foram realizados laudos nas seguintes comunidades remanescentes de quilombos:

<b>Comunidade Remanescente de Quilombo</b>	<b>Município</b>
Areal da Baronesa	Porto Alegre
Arvinha	Sertão
Casca	Mostardas
Chácara das Rosas	Canoas
Comunidade de Cambará	Cachoeira do Sul
Família Fidelix	Porto Alegre
Família Silva	Porto Alegre
Limoeiro	Palmares do Sul
Mormaça	Sertão
Morro Alto	Maquine
Palmas	Bagé
Rincão dos Caixões	Jacuizinho
Rincão dos Evangélicos	Santa Maria
Rincão dos Martimianos	Restinga Seca
São Miguel	Restinga Seca

A construção dos laudos de reconhecimentos das comunidades remanescentes de quilombos por si só não tem a capacidade, nem a pretensão de resolver os inúmeros problemas que enfrentam as comunidades quilombolas. Ao contrário, em determinadas situações e contextos, a construção do laudo implica em desdobramentos não consensuados e conflituosos, tanto com relação aos interesses externos quanto à própria dinâmica interna de funcionamento da comunidade que vê muitas de suas concepções fundantes serem fortemente questionadas. Além disso, a construção destes estudos encaminha a comunidade para uma seara de disputas

<sup>7</sup> ABA. *Laudos Antropológicos* - Carta de Ponta das Canas. Textos e Debates, n. 9. Florianópolis: NUER/UFSC, 2001. p. 12.

políticas que até então as comunidades remanescentes de quilombos não estavam habituadas a compartilhar.

### **Mobilidade nas Comunidades remanescentes de quilombos existentes no Rio Grande do Sul**

Desde o início das discussões sobre as comunidades remanescentes de quilombos, existe uma relativa imprecisão com relação aos números da questão quilombola. Há uma estimativa, baseada em dados empíricos e em outros mecanismos divulgados pelas organizações do movimento negro, por integrantes da Academia e por gestores públicos vinculados as três esferas de representação política com relação ao número de quilombolas existentes no Estado. Tal recenseamento não é uma questão tão simples de realizar principalmente, dentre outros fatores, em função da mobilidade que se estabelece a partir da necessidade de migração a que estão sujeitos muitos remanescentes de quilombos.

Por estarmos dentro de um contexto macroeconômico que é orientado pelas normas do sistema capitalista, os representantes das comunidades remanescentes de quilombos também estão sujeitos as agruras ocasionadas por este modo de produção e das privações que o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio produz no meio rural. O êxodo rural é uma constante entre os moradores das comunidades remanescentes de quilombos, especialmente entre os mais jovens, considerados em idade produtiva e que fazem parte da considerada população economicamente ativa.

Em muitas comunidades remanescentes de quilombos, instaladas neste Rio Grande Profundo, a única alternativa para não sucumbir à pobreza econômica é buscar emprego e trabalho no espaço urbano. Dessa forma, muitos jovens e adultos acabam por se afastar da comunidade em busca de oportunidades de sobrevivência. Muitos quilombolas, ao virem para a cidade, percebem rapidamente a ilusão sobre a cidade grande e sua vida cheia de atrativos, geralmente transforma-se em desencanto. A cidade começa a ser percebida como um espaço de competição desigual, desmedida e extremamente agressiva aos interesses coletivos.

Ao se encontrarem duas formas de interpretação de mundo, o urbano e o rural, as visões se entrecruzam e surge uma nova possibilidade de construção de afirmação de identidade. Ao migrarem para os centros urbanos, muitos descendentes das comunidades remanescentes de quilombos tratam de re-organizar suas formas de resistência e vão procurar através de estratégias particulares preservarem seus laços identitários e a sua tradição comunitária quilombola.



Tolhidos, por força das molas que movem o desenvolvimento da sociedade capitalista, de chances de acesso à garantia de alguma renda financeira com a atividade no meio rural, os quilombolas vem para a cidade em busca de alternativas de trabalho. Por não terem tido a possibilidade de estudar em escolas de qualidade, ilhas no meio rural, o migrante quilombola vê seus desejos de prosperidade econômica minguar. Muitos optam por retornar para seus espaços rurais onde, geralmente, encontram acolhida fraterna.

Hoje em dia, dado os processos de organização coletiva comunitária, as disputas jurídicas, momentaneamente, pendem para o lado dos interesses das populações tradicionais. E, diante de toda uma série de situações que colocam em evidência a questão das comunidades remanescentes de quilombos, já é possível verificar que muitas comunidades estão vendo seus pares realizarem o caminho inverso com outras intenções, de retorno à comunidade em busca de alternativas. Jovens têm retornado para as comunidades, outros estão se recusando a sair do espaço das comunidades para enfrentar de forma solitária, o desconhecido e perverso mundo do capitalismo.

Aliás, aqui permito especular que dentro das comunidades remanescentes de quilombos talvez esteja plantado o germen de formas próximas ao desenvolvimento de uma noção socialista de organização coletiva. É importante notar, por exemplo, que todas as ações e articulações desenvolvidas no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos carregam em si a proposta da coletivização. Desde a organização de hortas familiares, festas, associações de moradores, até a reivindicação da propriedade coletiva da terra, as comunidades articulam-se, deliberando em grupo sobre os interesses comuns:

o decreto 4887 estabeleceu que a titulação deve se efetuar em nome de entidade representativa da comunidade. Este último aspecto é importante tanto por incorporar uma perspectiva comunitarista ao artigo constitucional (um direito de coletividades e não de indivíduos), quanto por dar à noção de “terra” a dimensão conceitual de território: nela se incluem não só a terra diretamente ocupada no momento específico da titulação, mas todos os espaços que fazem parte de seus usos, costumes e tradições e/ou que possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> ARRUTI, José Mauricio Andion. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, p. 75-110, 2009. p. 85.

Eis uma importante especulação a fazer no sentido de repensar a questão das relações entre propriedade privada e propriedade coletiva. Talvez seja interessante aprofundar esta discussão na tentativa de fazer um comparativo com os movimentos sociais de luta pela terra mais expressivos do País e que levantam importantes bandeiras com relação à reforma agrária e a transformação rumo a uma sociedade socialista. Assim é importante analisar a prática da divisão coletiva dos bens nas organizações comunitárias quilombolas.

Conforme dados oferecidos pelo INCRA em agosto de 2009, as comunidades remanescentes de quilombos chegam a um número de 161, divididas em 82 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados servem de base para orientar ações do Governo Federal através do Programa Brasil Quilombola.

Os dados coletados infelizmente estão incompletos e não permite que tenhamos o número total de famílias remanescentes que habitam estes territórios. Mesmo assim, a aproximação é importante para que possamos ter um referencial de proximidade do universo das comunidades quilombolas.

### **A produção científica sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande Profundo.**

A produção científica a partir dos estudos relacionados à questão quilombola, está abrindo um importante foco de reflexão sobre a prática e os interesses da academia na produção de conhecimento. Ao emergirem de um Rio Grande Profundo, as comunidades remanescentes de quilombos descortinaram um novo cenário de intervenção acadêmica no Rio Grande do Sul. Um estado tido como o “mais europeu do Brasil”, ainda hoje guarda as memórias e as marcas da escravidão. Aquilo que era tido como material de museus, cuidadosamente resguardado em muitas fazendas e estâncias escravocratas, recebe a companhia, nem sempre desejada, daqueles que foram vitimados pela violência do sistema produtivo. Os quilombolas, ao assumirem sua condição de herdeiros da escravidão, mas também de legítimos proprietários de suas terras, abrem possibilidades de acesso a um conhecimento que sempre andou ao largo dos laboratórios de pesquisas e das salas de aula das instituições superiores.

Enquanto a militância comprometida com a luta contra a discriminação, bradava suas vozes de descontentamento, uma pretensa “elite intelectual” continuava submetendo a classe dos ex-escravos e seus descendentes a um ostracismo acadêmico. Enquanto o movimento entoava seus cânticos do lado externo das universidades, do lado de dentro a produção científica tinha seus olhos voltados para o desenvolvimento produtivo e a organização de formas de auferir mais recursos econômicos. O racismo

institucional que se desenvolveu e criou profundas raízes no Brasil, se manifesta através do isolamento dos negros nas escolas, nos empregos, nos livros didáticos, deturpa sua participação na construção social do País, e impede que muitos projetos avancem no sentido da construção de uma proposta de defesa da igualdade racial<sup>9</sup>. Chamamos a atenção que o preconceito é oriundo de diversas instancias, tanto de orientação política conservadora quanto de ativistas e intelectuais de esquerda, que não conseguem vislumbrar no racismo as evidentes causas da exclusão a que é submetida a população negra.

Analisar e quantificar a produção acadêmica a partir de estudos desenvolvidos por pesquisadores com trajetória militante e com uma produção científica voltada para os interesses populares, torna-se importante no sentido de auxiliar na definição de estudos que tratam do tema dos quilombos. Nesse sentido, a produção acadêmica, ainda que seja limitada, apresenta um grau elevado de intensidade e profundidade teórica e consegue articular um importante banco de dados sobre a temática dos quilombos no Rio Grande do Sul. A seguir apresentamos uma compilação dos trabalhos realizados sobre a temática quilombola no Estado do Rio Grande do Sul. Observe-se o fato de que à exceção dos trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador Marcelo Moura Mello e por Luanda Soares Sito, que desenvolveram seus estudos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de Adeli do Canto (UFSM) e o da arquiteta Luana Paré na Universidade de Brasília, todos os trabalhos resultantes deste estudo exploratório foram desenvolvidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Teses de Doutorado defendidas		
Programa	Autor	Título
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Ana Paula Comin de Carvalho	O espaço da diferença no Brasil: etnografia de políticas públicas de reconhecimento territorial e cultural negro no sul do país. 2008.
IFCH/UFRGS Sociologia	Cíndia Brustolini	Reconhecimento e Desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita. 2009
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Cíntia Beatriz Muller	Comunidade Negra de Morro Alto: uma análise etnográfica da constituição de campos de disputa em torno da construção do significado da identidade "remanescente de quilombos. 2006.
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Ioswaldir Carvalho Bittencourt Junior	Maçambique de Osório entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquaia, 2007.

<sup>9</sup> Aqui, convém considerar o caso recente da intensa descaracterização quando da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que, entre outras questões, exclui a discussão sobre as terras de quilombo de suas disposições.

IA/UFRGS. PPG em Música.	Luciana Prass	Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa: um re-estudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil. 2009.
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Miriam de Fátima Chagas	Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da história: Um estudo antropológico sobre territórios de quilombos. 2006
PPGEDU/UFRGS Educação	Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro 1987.
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	Rosane Aparecida Rubert	A construção da territorialidade: um estudo em comunidades negras rurais da Região Central do RS.2008.
<b>Dissertações de Mestrado Defendidas</b>		
<b>Programa</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>
PPGER/UFSM Extensão Rural	Adeli do Canto	"A materialização das políticas públicas: o caso do Recanto dos Evangélicos" Pós-Graduação em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais/UFSM. 2008
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Ana Paula Comin de Carvalho	O "Planeta" dos negros no mundo dos brancos: Estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS.2004.
Veterinária/UFRGS	Angela Antunes de Souza	Aspectos etnobiológicos e avaliação da atividade antibacteriana de <i>Aloysia gratissima</i> (Gill et Hook) Tronc. VERBENACEAE (garupá, erva santa) sobre agentes de importância em saúde e produção animal. 2005.
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	Carolina dos Anjos	Territorialidade quilombola: o direito étnica sobre a terra na Comunidade de Rincão dos Martimianos RS. 2008.
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Cristian Job Salaini	"NOSSOS HERÓIS NÃO MORRERAM": um estudo antropológico sobre formas de "ser negro" e de "ser gaúcho" no estado do Rio Grande do Sul. 2006
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	Ieda Cristina Alves Ramos	O Lugar do parentesco na aliança entre o laudo antropológico e um território quilombola. Análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul-RS.2009
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Janaina Campos Lobo	Entre gingas e cantigas: etnografia da performance do Ensaio de Promessa de Quicumbi entre os morenos de Tavares, Rio Grande do Sul. 2010.
IFCH/UFRGS Sociologia	José Ernesto Alves Grisa	Os efeitos da política pública RS/Rural na configuração da identidade da comunidade remanescente de quilombo do Angico, em Alegrete/RS : um estudo de caso.2006
IFCH/UFRGS Sociologia	Leonardo Leitão	Abrindo a caixa preta do território": um estudo sociológico sobre a produção de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2006.
ICH/UNB Geografia	Luana Pare de Oliveira	O Espaço de São Miguel dos Pretos: Arquitetura e Territorialidade Africanas no Sul do Brasil. 2005
IEL/UNICAMP	Luanda Soares Sito	Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de

Linguística Aplicada		letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul. 2010
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	SILVEIRA, Luciana Conceição Lemos da Silveira	Relações de Reciprocidade: Peixoto dos Botinhas e Cantão das Lombas - Município de Viamão/RS
IFCH/UFRGS Sociologia	Lucio Centeno	Multiculturalismo em Ação: o laboratório da política de regularização dos territórios quilombolas no Rio Grande do Sul". 2009
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Luciano Souza Costa	Anastácia, Manuel Barbosa, Ferreira-Fialho – famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão/RS. 2007.
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Marcelo Moura Mello	Caminhos criativos da história. Territórios da memória em uma comunidade negra rural.2008
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	Neide Aparecida da Silva Beraldo	Agricultores Quilombolas, Mediadores Sociais e Segurança Alimentar: uma análise a partir das condições e estratégias de acesso aos alimentos da comunidade Maçambique/RS. 2006.
PGDR/UFRGS Desenvolvimento Rural	Paulo Sergio da Silva	Políticas Públicas e Mediação na Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca. 2007.
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Rui Leandro da Silva Santos	Festa de Nossa Senhora da Conceição: articulação, sociabilidade e etnicidade dos negros do Rincão dos Pretos no Município de Rio Pardo - RS. 2001
PPGAS/UFRGS Antropologia Social	Vera Regina Rodrigues	De 'Gente da Barragem' à 'Quilombo Anastácia': Um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS". 2006.

Mesmo reconhecendo que a produção ainda é limitada, o que não permite dar conta do todo das questões referentes aos quilombos de um Rio Grande Profundo, as dissertações e teses que tivemos oportunidade de levantar neste estudo apontam para algumas breves conclusões que nos estimulam a continuar nesta caminhada. Concluímos que a maioria das produções desenvolvidas ocorrem nos Programas de Pós Graduações ligados a Antropologia (PPGAS), Sociologia (IFCH) e do Desenvolvimento Rural (PGDR). Observamos que no aspecto educacional, talvez um dos mais importantes campos de análise de possibilidades de desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos, além do trabalho da Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1987) e da dissertação de Luanda Soares Sito (2010), não encontramos neste estudo exploratório, até o presente momento, outras pesquisas sobre educação escolar em territórios quilombolas no Rio Grande do Sul, embora saibamos de algumas pesquisas de mestrado e doutorado que estão em andamento e, por ainda não terem sido defendidas, não as listamos aqui.

Desta forma, análises com ênfase na questão educacional nas comunidades remanescentes de quilombos se constituem como um interessante foco de pesquisa e encontram espaços para avançar no sentido de operar a construção de alternativas e

propostas que, de forma efetiva, contemplem os interesses da construção de uma educação quilombola, ainda inexistente no Estado.

### Sobre as questões da educação quilombola

Há uma compreensão discursiva no qual a educação escolar realizada nas comunidades remanescentes de quilombos é compreendida como educação quilombola. Permito-me afirmar que tal forma de educação ainda não existe de modo pleno como se quer destacar, pois, como bem afirma o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Nas comunidades remanescentes de quilombos, o acesso a escola para as crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo escolar está longe da realidade desses meninos e meninas. Raramente os alunos vêem sua história, cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos.<sup>10</sup>

A própria citação acima afirma que a educação escolar que se desenvolve dentro do ambiente das comunidades está muito distante da realidade das comunidades remanescentes de quilombos. As experiências com uma pedagogia que atente para as especificidades das comunidades estão muito aquém daquilo que se pretende enquanto uma educação quilombola. A educação escolar nos dias atuais é considerada como massificante, enfadonha e tem contribuído para a reprodução de uma forma de pensamento que produz cidadãos alienados de sua condição social. No campo, a questão não é diferente e, via de regra a escola responsabiliza-se apenas pelas “primeiras letras”, cabendo ao “mundo da vida” contemplar os moradores das comunidades remanescentes de quilombos com os seus ensinamentos.

Nesse mundo rural, situado em um Rio Grande Profundo, desprovido de quase tudo, onde as políticas públicas são ofertadas como resultado de migalhas que sobram, a educação escolar talvez seja um dos espaços que menos oferece possibilidade de uma formação consistente que hoje reclamam as comunidades.

O modelo de escola rural que tem predominado na nossa história é constituído, quase que em sua maioria, de classes multisseriadas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, a cargo de professoras leigas, ou com menor tempo de formação que as professoras das escolas urbanas. Tal modelo

---

<sup>10</sup> BRASIL. MEC-SECAD. SEPPPIR-PR. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Petry Gráfica e Editora Ltda. 2009. p.43.

omite a existência dos trabalhadores rurais ou, quando faz menção à sua existência, é para demarcar, nas entrelinhas dos artigos, discursos e recomendações, a sua diferença, o seu atraso, a sua incapacidade, a sua ignorância, a sua – até – falta de higiene. O agricultor é visto como um “bicho” a ser domesticado, um “matuto” a ser civilizado. Daí a negação com que os agricultores familiares têm respondido aos apelos de uma escolarização que em nada contribui com a sua lida na terra porque se inspira no modelo industrial-urbano de cultura e de trabalho.<sup>11</sup>

O mundo da vida, neste contexto tem sido mais pedagógico, mais produtivo e mais educativo que o ambiente escolar, pois seus ensinamentos concretos são os elementos que possibilitam a manutenção de uma forma de organização social que tem a possibilidade de transformar os alicerces dessa nossa sociedade desigual. Portanto, um dos grandes desafios que se colocam ao refletirmos sobre a questão das comunidades remanescentes é tornar real a perspectiva da educação quilombola<sup>12</sup>.

## **Publicações desenvolvidas sobre a temática dos Quilombos no Rio Grande do Sul**

Como resultado da produção bibliográfica sobre a temática, estão publicados diversos estudos sobre o tema dos quilombos no Rio Grande do Sul. Observa-se que o envolvimento destes pesquisadores com as comunidades permitiu, especialmente a partir da utilização da história oral<sup>13</sup> como fonte de pesquisas, que os quilombolas se tornassem protagonistas em muitas destas obras. Em todos os estudos desenvolvidos que listamos abaixo, as negras vozes quilombolas foram os veículos que transmitiram as informações capitais para auxiliar na compreensão de uma complexa realidade encravada no Rio Grande Profundo e que é tributária de uma necessária e justa luta pela reparação de direitos fundados em condicionantes étnicos.

---

<sup>11</sup> ANTONIO, Clésio Acilino. RIBEIRO, Marlene. *Estado e Educação: Questões às Políticas de Educação do Campo*. Mimeo. 2002. p. 03.

<sup>12</sup> Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação realizou em 2011, uma série de 03 audiências públicas para debater a construção de Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. No Rio Grande do Sul, foram realizados neste mesmo ano, dois encontros estaduais sobre Educação escolar quilombola. Um dos encontros foi promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico e o outro, foi realizado com o aval da Universidade Federal de Pelotas, através da Faculdade de Educação desta Instituição.

<sup>13</sup> A oralidade na comunidade quilombola tem sido veículo de resgate da sua história. Muito embora também devamos considerar a possibilidade da história oral funcionar como mais um elemento de resistência haja vista que a população negra também teve negado o acesso à escolarização e ao aprendizado da escrita.

Os resultados dos laudos antropológicos das comunidades remanescentes de quilombos do Morro Alto, de Casca e das comunidades de São Miguel e Rincão dos Martimianos podem ser conferidos nas publicações realizadas por BARCELLOS (2004)<sup>14</sup>, LEITE (2002)<sup>15</sup> e ANJOS (2004)<sup>16</sup>, idealizadas através da Linha editorial denominada Comunidades Tradicionais, desenvolvida pela Pro Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta mesma linha editorial publica também o livro denominado No Território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro brasileira<sup>17</sup> o qual trata de uma comunidade quilombola urbana localizada na Vila Mirim, em Porto Alegre e que nos anos 80 empreendeu uma disputa intensa com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na tentativa de manter seu espaço territorial alvo da intensa especulação imobiliária.

O livro: Descobri que tem raça negra aqui é uma produção do CAPA<sup>18</sup>, organização não governamental ligado a Igreja Luterana, faz um estudo sobre comunidades quilombolas das regiões de São Lourenço do Sul e Pelotas e faz parte de um projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) e contou com o apoio da Caixa Econômica Federal.

Rubert (2005), através de um projeto desenvolvido no Rio Grande do Sul, denominado RS Rural e com o apoio do IICA, faz uma incursão no universo quilombola gaúcho e apresenta o Livro intitulado Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento sócio antropológico preliminar no qual registra mais de 70 comunidades remanescentes quilombolas. Esta obra embora sucinta apresenta um bom guia de referência sobre a espacialidade dos territórios de quilombos no Rio Grande do Sul.<sup>19</sup>

No livro organizado por Santos (2008) publicado pela Edipucrs, Intitulado RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento quatro artigos destacam a

---

<sup>14</sup> BARCELLOS, Daysi (Org.). *Comunidade Negra de Morro Alto: Identidade, territorialidade, historicidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

<sup>15</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: A comunidade de Casca em Perícia*. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2002.

<sup>16</sup> ANJOS, José Carlos Gomes dos (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

<sup>17</sup> ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No Território da Linha Cruzada: a Cosmopolítica Afro Brasileira*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006

<sup>18</sup> CAPA RS. *Descobri que tem raça negra aqui*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre). 2006

<sup>19</sup> RUBERT, Rosane Aparecida *Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento sócio antropológico preliminar*. Porto Alegre: IICA/RS-Rural, 2005



questão quilombola no Rio Grande do Sul, trazendo para o leitor possibilidades de discutir questões relacionadas a formas de mediação, ao redesenho do mapa do Estado do Rio Grande do Sul, aos espaços por onde cartografar quilombos e a transformação de um território negro em um quilombo urbano.<sup>20</sup>

Na região do litoral norte, mais precisamente na comunidade do Limoeiro, no município de Palmares do Sul, os estudos desenvolvidos e organizados por WIEST (2008) e publicadas pela Editora da UFRGS, recuperam e registram conhecimentos tradicionais da comunidade quilombola nas obras intituladas: *Alimentos e Alimentação Enquanto Saberes e Fazeres Quilombolas do Limoeiro do Bacupari* e *Plantas Medicinais e Condimentares Enquanto Saberes e Fazeres Quilombolas do Limoeiro do Bacupari*.<sup>21</sup>

Da região central do Estado, a publicação “Palmas para o Quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra”, editado pela Universidade Federal de Santa Maria traz um estudo detalhado sobre a constituição e os principais pleitos da comunidade remanescente de quilombos Arnesto Penna Carneiro localizada no oitavo distrito de Santa Maria

Existem ainda uma serie significativa de artigos e textos publicados em periódicos e livros que tratam sobre a temática e que, infelizmente não tivemos a possibilidade de compilar neste breve texto. Entretanto, temos a certeza que outras possibilidades de atualização deste estado da arte em breve surgirão para qualificar ainda mais os estudos necessários sobre a questão quilombola.

Estas publicações que tivemos acesso são um breve extrato do que as articulações entre comunidades e pesquisadores possibilitam na perspectiva do resgate de uma memória tornada invisível, por uma sociedade que relega à população afro descendente ao esquecimento e o descaso. De outra sorte, estas produções bibliográficas, aliadas com as pesquisas em andamento e os registros institucionais, identificam estas comunidades, reconhecem sua existência, registram sua localização e seus pleitos, contribuem para a organização da base do movimento social quilombola, e se intensificam constituindo-se como um corpo que articula uma significativa produção de conhecimento, dando a possibilidade de vislumbrar uma articulação em rede que pode vir a tornar realidade o desejo de uma vida melhor.

---

<sup>20</sup> SANTOS, José Antonio dos (Org.). *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

<sup>21</sup> WIEST, José Maria. (Org.). *Alimentos e alimentação... enquanto saberes e fazeres quilombolas do Limoeiro do Bacupari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. v. 1. 216 p.  
WIEST, José Maria et. al. (Orgs.). *Plantas medicinais e condimentares... enquanto saberes e fazeres quilombolas do Limoeiro do Bacupari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS Evangraf, 2008. 120 p.

Uma vida onde o racismo, os preconceitos e as discriminações sejam superados através da organização coletiva e solidária entre os sujeitos que lutam por uma sociedade justa, que respeite a diversidade e os direitos dos grupos que a compõem. Assim também é imperativo que outros estudos encaminhem a continuidade de reflexões sobre o tema dos quilombos no Rio Grande do Sul, contribuindo no sentido de aprofundamento teórico no trato da questão quilombola e da busca de alternativas viáveis que contribuam para reparar os irreparáveis danos causados pela escravidão.

## Referências

- ABA. *Laudos Antropológicos - Carta de Ponta das Canas*. Textos e Debates, n. 9. Florianópolis: NUER/UFSC, 2001. p. 12.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: Ancestralidade Negra e Direitos Territoriais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No Território da Linha Cruzada: a Cosmopolítica Afro Brasileira*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2006.
- ANTONIO, Clésio Acilino. RIBEIRO, Marlene. *Estado e Educação: Questões às Políticas de Educação do Campo*. Mimeo. 2002.
- ARRUTI, José Mauricio Andion. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 75-110.
- BARCELLOS, Daysi (Org.). *Comunidade Negra de Morro Alto: Identidade, territorialidade, historicidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- BRASIL. MEC-SECAD. SEPPIR-PR. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Petry Gráfica e Editora Ltda. 2009. 80 p.
- CAPA RS. *Descobri que tem raça negra aqui*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre). 2006.
- CARVALHO, José Jorge de. QUILOMBOS: Símbolos da Luta pela Terra e Pela Liberdade. *Revista Cultura Vozes*, Brasília, Depto. de Antropologia da UnB. n. 5, ano 91, v. 91, p. 149-160, 1997.

CEDEFES, *Quilombolas*: Invisibilidade e territorialidade. 06 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/?p=antigas&Id=4570>>. Acesso em: 03 out. 2009.

FERRARO, Alceu Ravello. Direito a Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 02, p. 273-289. maio-ago. 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento: A comunidade de Casca em Perícia*. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura; FERNANDES, Ricardo Cid; MOMBELLI, Raquel (Orgs.). *Boletim Informativo do NUER*. Quilombos no Sul do Brasil. Perícias Antropológicas. 3. ed. NUER-UFSC, v. 1000. 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p.227-278.

RUBERT, Rosane Aparecida *Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento sócio antropológico preliminar*. Porto Alegre: IICA/RS-Rural, 2005.

SANTOS, José Antonio dos (Org.). *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais de limoeiro*. 1987. Tese (Doutorado em educação). PPGEDU/UFRGS. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1987.

WIEST, José Maria. (Org.). *Alimentos e alimentação... enquanto saberes e fazeres quilombolas do Limoeiro do Bacupari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. v. 1. 216 p.

WIEST, José Maria et. al. (Orgs.). *Plantas medicinais e condimentares... enquanto saberes e fazeres quilombolas do Limoeiro do Bacupari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS Evangraf, 2008. 120 p.

## **Rio Grande Profundo: o estado da arte da questão quilombola**

### **Resumo:**

O artigo apresenta o estado da arte da questão quilombola no Rio Grande do Sul. Traz um levantamento das diversas publicações realizadas sobre o tema, editados como livros, lista o rol das comunidades remanescentes de quilombos que possuem associações comunitárias juridicamente constituídas, relaciona os trabalhos de pesquisa acadêmica, sob a forma de dissertações e teses já defendidos e publicados que tratam da temática quilombola, relaciona as comunidades que já tiveram seus estudos sócio-histórico antropológicos concluídos, além de estabelecer uma reflexão inicial sobre o importante papel que a educação desenvolve no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos, situados no que convencionamos chamar de “Rio Grande Profundo”.

### **Palavras-chave:**

Quilombola. Publicações. Educação.

## **Deep Rio Grande: the state of art of the theme Quilombola**

### **Abstract:**

The article presents the state of art of the theme quilombola in the State of Rio Grande do Sul. It brings a survey on many publications about the topic as books, it lists the roster of quilombola communities that have community associations legally established, lists text built from academic research, like dissertations and theses, lists the communities that have had already their socio-historical anthropological studies completed. Besides, the text establishes an initial reflection about the important role that education develops within remnants of quilombo communities, located in what we used to call as “Deep Rio Grande”.

### **Keywords:**

Quilombola. Publications. Education.